

Persistem os determinantes da recessão (conclusão)

Wilson Cano (*)

4. A recuperação da demanda efetiva. Examinemos a possibilidade de elevação dos níveis atuais das variáveis que constituem a demanda efetiva. Desde logo, não é lícito pensar-se em elevação do consumo privado e do público.

O primeiro está fortemente reduzido via achatamento salarial, redução dos lucros e voracidade tributária federal. O segundo, por decisão governamental, a convite do FMI.

Poder-se-ia pensar ainda nas propaladas rendas das safras agrícolas. Contudo, não serão muito maiores do que as de 1983 e é bom não esquecer que o peso da agricultura na renda nacional é hoje bastante reduzido.



O investimento privado e o público foram grandemente reduzidos. O primeiro, porque a economia está recessiva, os lucros caíram acentuadamente e os juros estão elevadíssimos. O segundo, por decisão do "saqueamento" do gasto público. A curto prazo, não se pode ver como qualquer um dos dois poderá crescer...

Resumidamente, restamos examinar o comércio exterior.

Pelo lado do balanço de pagamentos, as importações estão fatalmente restrinvidas, e assim continuará. Isso, ao contrário do que gerou em 1929-33 — grande esforço interno de substituição de importações leves —, e, em 1956-60 — a indústria pesada — já não pode ocorrer, salvo em linhas mais específicas de produtos! Assim, a restrição às importações significa hoje, não um efeito positivo para a indústria, mas, antes, um fator restritivo

devido ao corte drástico e inexorável das importações de bens de capital e de bens intermediários.

Essa restrição é, em síntese, fator de retardamento da recuperação.

No que se refere às exportações de produtos industriais, há que se fazer também algumas considerações.

A primeira é questionar a origem de sua expansão. Quando seu aumento implica 'necessariamente' aumento da produção interna, sem comprometimento do mercado interno, então, inequivocamente, elas impulsionam a demanda efetiva.

Em outros casos, principalmente quando significam apenas desvio da demanda interna, seu efeito líquido é nulo. Em grande medida, é isso que está ocorrendo com grande parte das nossas exportações industriais, notadamente do aço, material de trans-

porte, têxteis, calçados e outros.

Contudo, examinemos a hipótese de que é possível recuperar os anteriores níveis da produção industrial via aumento de suas exportações.

Tomado o coeficiente de exportação de 0,10 e levando-se em conta que as exportações cresceram, entre 1982 e 1983, 12%, seu efeito direto teria sido de um aumento de 1,2% na produção industrial de 1983.

Considerando que esta caiu cerca de 6%, é lícito concluir-se que a demanda interna se contraiu em 7,2%. Portanto, trata-se de caso de deslocamento de fatia de demanda interna para demanda externa, não significando produção adicional.

Mantidos os parâmetros e as intenções de que tais exportações possam voltar a crescer à taxa média anual de 20% — não discuto

aqui a fundamentação dessa hipótese oficial —, a indústria de transformação levaria ainda cerca de cinco a seis anos para apenas retornar ao nível de produção verificado em 1980.

Contudo, é bom esclarecer que o nível dessas exportações, ao final desses seis anos, deveria ser 150% maior do que em 1983, ou seja, teriam de atingir a fantástica cifra de US\$ 55 bilhões.

Concluindo, é possível que os "sinais positivos" de aumento da produção e de emprego que vierem a ser confirmados para os três primeiros meses deste ano tenham a parte maior de suas causas no considerável aumento das exportações de industrializados dos últimos meses. Apostar nisso, como fator determinante da recuperação da economia, é, porém, uma estultice.

(*) Professor de Economia da Unicamp